

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA E A PANDEMIA DA COVID-19

THOMAS PORFÍRIO OLIVEIRA LIMA

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
Email: thomas.porfirio@ufpe.br

ANA LÚCIA BORBA DE ARRUDA

² Professora permanente da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, vinculada ao departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional (DAEPE) E-mail: anaborba@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o processo de internacionalização da educação superior na modalidade internacionalização em casa (IaH), apresentando as perspectivas conceituais deste modelo e como a pandemia da COVID-19 acelerou as discussões sobre a temática. Para tanto nos valem da pesquisa bibliográfica dissertando sobre o processo de internacionalização como política educacional e como os *rankings* acadêmicos internacionais sustentam a lógica da mercantilização da educação superior. Apresenta-se um alerta para que a virtualização dos processos de internacionalização, no tocante à mobilidade estudantil, não aumente as desigualdades educacionais da educação superior que o próprio momento pandêmico já acentua. Por fim, conclui-se que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são um campo vasto de possibilidades para o desenvolvimento das atividades universitárias internacionais, mas pontua que este modelo de mobilidade acadêmica não deve ser mais um dos elementos utilizados para ampliar a lógica da educação superior como mercadoria.

Palavras-Chave: Educação Superior. Internacionalização virtual em casa. COVID-19. TICs.

INTRODUÇÃO

A situação pandêmica iniciada no mundo inteiro em 2020, impôs medidas de isolamento e distanciamento social para evitar infecções pelo novo coronavírus, neste momento as formas de contato deixam de ser presenciais e migram, em várias situações, para as plataformas digitais. No campo educacional não é diferente, as escolas e universidades precisaram ligeiramente adequar a sala de aula ao espaço virtual, mas não só a sala de aula, neste período as conferências, congressos e as outras atividades acadêmicas transformaram-se em videoconferências, *lives* e atividades virtuais. O contexto que emerge aponta que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) são alternativas de enorme potencial para disseminação do conhecimento e aproximação de pessoas de várias partes do mundo. Neste sentido, a modalidade de internacionalização virtual da educação superior ganha mais espaço na discussão acerca da consolidação de uma política de internacionalização da educação superior.

A internacionalização da educação superior se configura como uma possibilidade de construção das estratégias e modalidades para universalização do conhecimento em escala mundial e aponta como as universidades cooperam mutuamente nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão para formação universal do ser humano. Conceitualmente se constitui a partir da discussão das universidades mundiais em torno da formação do sujeito universal, da busca pela excelência na cooperação científica para a promoção da interação entre países, também, no meio político, pela convivência internacional compreendendo as necessidades do mundo cada vez mais globalizado e em desenvolvimento tecnológico com a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Estudos em âmbito internacional e nacional acerca do processo de internacionalização da educação superior apontam diferentes modalidades de internacionalização (KNIGHT, 2008; SANTOS e FILHO, 2011) essas se constituem principalmente a partir da constante mudança que este tema vai adquirindo no desenvolvimento de pesquisas e experiências no mundo. Para Knight (2020) esta constante mudança é a principal característica da internacionalização da educação superior, pois precisa se “adaptar aos principais problemas e eventos do mundo, como, por exemplo, tensões e reviravoltas políticas, desastres ambientais, problemas de migrantes e de refugiados, riscos para a saúde como o vírus da zika e a COVID-19, e tumultos econômicos” (p.7).

As diferentes concepções vão indicar a que se sustenta e como é visto o processo de internacionalização pelas instituições e pelos governos, ou seja, que visões as universidades vão consolidando em torno das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão para o processo de internacionalização e como este processo coopera para o desenvolvimento de pesquisas e de conhecimentos científicos, entre outros aspectos impostos pelas características sociais, políticas, culturais, linguísticas, econômicas e educacionais de cada país e as coalizões que são feitas neste campo.

Neste contexto, a internacionalização da educação superior além de ser transformada pelos aspectos da globalização (KNIGHT, 2008), também vai acompanhar os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TICs) que possibilitam novas perspectivas de mobilidade acadêmica, a exemplo da internacionalização em casa - *at home* (IaH) que abre novas alternativas de experiências internacionais e interculturais na educação superior por meio de plataformas virtuais.

Este texto propõe uma reflexão sobre o processo de internacionalização em casa (IaH), assim como, a pandemia da COVID-19 acelera a virtualização do processo educacional e alerta para que tenhamos um futuro, pós pandêmico, democrático, público e com investimento na política de internacionalização da educação superior.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE

Atualmente a internacionalização da educação superior trata-se de debate de grande importância no âmbito acadêmico para o desenvolvimento de pesquisas e trocas de experiências internacionais, interculturais e linguísticas, por outro lado, a internacionalização pode ser utilizada como artifício para fins de interesses políticos e econômico que mantém a lógica hegemônica, reflexo da globalização do final do século passado. Neste sentido, o livro “A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento” de autoria de Fernando Seabra Santos e Naomar de Almeida Filho, publicado em 2011, nos ajuda a compreender a internacionalização da educação superior como parte do processo de expansão das universidades, mas também, como elemento de desenvolvimento econômico e financeiro a longo prazo dos países que optam por ela.

O contexto de expansão das universidades brasileiras, pode ser compreendido em dois momentos, conforme aponta Arruda (2011):

o primeiro vai de 1964 a 1994, tendo como marco a reforma universitária, o segundo vai de 1994 a 2010 que aponta para uma reconfiguração da educação superior que possibilita visualizar alguns movimentos, tendências e desafios no que concerne em especial ao processo de expansão e democratização desse nível de ensino. (p. 65).

A autora caracteriza a evolução da educação superior no Brasil como estratégia para compreendermos as tendências e discontinuidades das políticas de expansão das universidades e, ao mesmo tempo, sugere que é fundamental que a expansão assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso, sobretudo a estudantes pobres e em desvantagem educacional, que historicamente são excluídos da universidade, “desprivatizando, por um lado, e, democratizando, por outro, o campo da educação superior” (ARRUDA, 2011 p.75).

Entretanto, é importante ressaltar que estudos no campo da democratização da educação superior (ROMANELLI 1995, OLIVEIRA et al 2008) atrelado à diversas lutas e pressão popular, principalmente do movimento estudantil em torno da expansão universitária, resultaram na criação de políticas de inclusão e permanência na universidade, exemplo do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que institui 50% das vagas nas universidades e institutos federais a estudantes de escolas públicas, negros e negras e pessoas com deficiência, ambos criados no governo da presidenta Dilma Vana Rousseff.

No mundo, o processo de globalização concebeu mudanças no conceito e na função da universidade ao mesmo tempo em que promoveu um aumento nos fluxos de tecnologia, conhecimento, pessoas, valores e ideias (FINARDI, 2015) em detrimento do espaço, do clima, das fronteiras e da cidadania, ao qual nem todos os países e pessoas podem usufruir dos efeitos dessa globalização, conforme aponta o relatório da Organização das Nações Unidas - ONU (1999). Esse processo tem efeito direto sobre a realidade social, econômica e financeira dos países do Sul (América do Sul, África e Caribe).

No contexto de coalizão em torno da educação superior, percebe-se que a internacionalização vai emergir também do processo de globalização, assim, as diferentes concepções da internacionalização se dão pelas

constantes mudanças que o mundo globalizado passa (KNIGHT, 2020) e igualmente pelas demandas e interesses dos países hegemônicos que, por meio da educação superior, mantém seus padrões de ensino, de produção científica e se beneficiam deste processo infundindo nos países periféricos seus valores para sustentar a dominação intelectual, cultural e financeira (LEITE; GENRO 2012).

O livro “Internacionalização da Educação Superior: conceitos, tendências e desafios” de Jane Knighth (2020), traz uma clara discussão das razões que movem a internacionalização universitária, para ela “as razões são a força motriz para o motivo pela qual uma instituição, país, região (ou qualquer outro ator) desejam se envolver com a internacionalização e investir nela” (p. 29). No Brasil, um marco no processo de internacionalização da educação superior foi o Programa Ciências Sem Fronteiras (CsF), lançado em 26 de julho de 2011, também na gestão da presidenta Dilma Vana Rousseff.

Para Fagundes, Luce e Silveira (2019),

O CsF foi, até 2016, o mais volumoso investimento do governo brasileiro em intercâmbio e mobilidade acadêmica. Outorgou 92.880 bolsas de estudos, sendo 73.353 para graduação sanduíche no exterior - seu maior investimento – em 19 países, conforme o site oficial do Programa. (p. 4)

Para eles, O governo brasileiro à época visava estabelecer uma “iné-dita política pública para a internacionalização da educação superior brasileiro, ao mesmo tempo em que era um construto social e científico” (p. 06), entretanto, Santos e Filho (2011) pontuam

Quando se lançam grandes programas de mobilidade internacional e se reclama dos parceiros uma atitude de respeito, de equilíbrio e de alguma reciprocidade, esta reflexão faz sentido para se compreender, ou não, a coerência da decisão de optar pelas “30 melhores Universidades do mundo”, regra que restringe à mobilidade a meia dúzia de países altamente desenvolvidos quando, na prática, isso inviabiliza o diálogo equilibrado entre sistemas e obriga a impor medidas de segurança, tais como cláusulas de mobilidade sandwich ou de regresso obrigatório à origem. Na ânsia de se mostrar em interação com os melhores e à altura deles, esta atitude de provinciano deslumbramento desvaloriza os países e as universidades com os quais, todos sabemos, o Brasil vai ter que contar se

quiser levar a cabo o seu ambicioso Programa. (SANTOS e FILHO, 2011 p.153)

Observa-se que os critérios de ranqueamento - criado pelos países do Norte - colocam obstáculos para que programas dos países do Sul, como o CsF, não se sustentem por muito tempo. Finardi (2015) nos mostra que os países do Sul não ocupam posições altas nos *rankings* por serem “atrasados”, mas porque a globalização tem efeito direto no desenvolvimento e expansão universitária destes países e ainda mais, a internacionalização para esses países é pensada na lógica dos países hegemônicos, é uma problemática a ser considerada nessa discussão, pois remete sempre a esse contexto de desigualdade imposto pela colonização e pela política neoliberal.

quando elaborados a partir de critérios transparentes, os rankings podem servir como meio de prestações de contas para a sociedade (*accountability*); estimular o desenvolvimento de competências por parte das instituições universitárias; subsidiar as decisões da gestão universitária em relação à cooperação internacional; complementar o trabalho de avaliação de qualidade feito pelas agências de avaliação e acreditação; bem como gerar um debate acerca dos elementos que efetivamente configuram a qualidade no campo da educação superior (LEAL, STALLIVIERI e MORAES, 2018 p. 56)

Contudo, diferente desta perspectiva, a disputa universitária por meios do ranqueamento deriva do processo da globalização, consequentemente também da própria internacionalização e busca benefícios por intermédio da educação superior. Nesse meio a educação superior passa a ser vista como produto a ser comercializado. Mas a disputa é desleal, principalmente no tocante aos países mais pobres, os *rankings*, pensados nesta lógica, além de colocar obstáculos para um processo de internacionalização linear em todo mundo, sustentam a hegemonia universitária dos países desenvolvidos. Neste sentido, as autoras ainda enfatizam:

“Deve -se considerar, ainda, as limitações inerentes às metodologias adotadas por tais ferramentas [*rankings*], que, controversas e subjetivas estão intrinsecamente conectadas à comercialização da educação superior, e, portanto, podem induzir a concepções errôneas acerca das instituições avaliadas *apud* (PÉREZ- ESPARELLS; GARCÍA, 2009), reforçando o capitalismo acadêmico *apud*

(VIEIRA; LIMA, 2016; KIM, 2017) e as geografias desiguais de educação superior ” (LEAL, STALLIVIERI e MORAES, 2018 p. 57).

FINARDI (2015) aponta que nas discussões em torno da educação superior e da política de internacionalização, tende-se enxergar a globalização como “processo negativo” e a internacionalização como “processo positivo”, porém, é fato que a globalização interfere no processo de internacionalização, mesmo porque existe uma estreita relação nestes conceitos, e este antagonismo entre positivo e negativo desconsidera que a ideia de universidade como produto a ser comercializado se aproxima cada vez mais da internacionalização.

Para MAIA (2020) “as IES que almejam ter posição estratégica no processo de formação de seus estudantes e na produção do conhecimento precisam reconhecer o valor da internacionalização” (p.142), assim pode-se afirmar que mesmo diante das questões em torno da internacionalização da educação superior e com a falta de investimento público para a mobilidade física, que já antecede a pandemia, é possível que as universidades brasileiras institucionalize a política de internacionalização em casa (IaH) como modalidade alcançável, mas também trazendo a internacionalização virtual como estratégia para se manter no cenário acadêmico internacional.

INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA IA H: UM ALERTA QUE JAMAIS PODE DEIXAR DE SER FEITO.

Mesmo antes da pandemia da COVID-19 a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs), promove constantes transformações nas perspectivas educacionais. Com o início da pandemia, visivelmente percebe-se que o mundo está internacionalmente conectado pelos meios virtuais e pelas redes sociais e que o espaço virtual reúne possibilidades incontáveis para desenvolvimento de ações internacionais. No campo da internacionalização da educação superior pode-se argumentar que a internet não conhece fronteiras, por isso possibilita trocas de experiências internacionais, interculturais e linguísticas sem mesmo sair de casa.

A internacionalização em casa *at home* (IaH), intercâmbio virtual ou aprendizagem internacional on-line colaborativa (*Collaborative Online International Learning* - COIL) para LIMA; BASTOS; VARVAKIS (2020) “são termos recentes [...] que refletem o crescente vínculo entre TIC, mídia social e internacionalização” (p. 04) estes autores argumentam que a

Internacionalização em casa “conecta alunos no campus com colegas em outros países através de programas de intercâmbio virtual” (p.12) e as TICs possibilitam a “redução da distância geográfica e complementa a educação transnacional no campus com uma experiência internacional autêntica” (p.12). A virtualização dos processos de internacionalização emerge do discurso da inovação e tecnologização, que nos moldes da globalização estes discursos provocam questões que devem ser consideradas. Júnior e Finardi (2020) refletem sobre “equidade de acesso a esse mundo, cada vez mais virtual” (p.256). Neste artigo os autores apontam a telecolaboração como a modalidade de internacionalização por meio das TICs

a telecolaboração tem o potencial para promover a reflexão, o entendimento, as críticas, a igualdade e a transformação, em vez de perpetuar as desigualdades e impulsionar as agendas orientadas pelo mercado. Para estudantes com restrições financeiras, a telecolaboração lhes oferece exposição direta a outras culturas, perspectivas, valores e ideologias. Nesse sentido, a internacionalização apoiada pela telecolaboração apoia uma agenda de justiça social de inclusão e participação de populações marginalizadas ou excluídas (JÚNIOR; FINARDI, 2020, p. 270).

É inegável que as TICs promovem rápidas conexões internacionais, contribui para a formação superior e expande as possibilidades de desenvolvimento das atividades acadêmicas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, sobretudo neste momento pandêmico, Maia (2020) aponta que nas universidades que focam apenas na mobilidade física os impactos da pandemia, acarretará diminuições expressivas de curto e médio prazo nas atividades de internacionalização nestas IES. Nesta perspectiva, a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) promove o programa de Internacionalização em Casa (IaC) BRAVE

- ***Brazilian Virtual Exchange e*** defende que por meio deste programa as IES brasileiras fomentem ações de internacionalização virtual em seus campus.

A sociedade da inovação, tecnologização e da globalização, por meio da transformação digital, cobra respostas rápidas a questões que pautam a modernização dos sistemas de ensino, mas também, provoca despertamentos aos interesses comerciais em torno da educação superior e

expande as possibilidades de coalizões no campo da internacionalização. Para Lima, Bastos, Varvakis (2020)

na educação superior, a transformação digital pode ser entendida como o processo de utilização de tecnologias digitais para modificar ou criar novos processos de ensino e aprendizagem, cultura e experiências de comunidades existentes para atender às mudanças nos requisitos da educação e da sociedade. (p. 12)

Os autores defendem que investir na internacionalização em casa *at home* (IaH) é importante e estratégico para dar oportunidade de acesso a “experiências internacionais a estudantes não tradicionais e as partes desfavorecidas da população” (p.13). Mas há um alerta a ser feito nesta discussão: estudantes ricos e a pesquisa financiada pela iniciativa privada continuarão seguindo a modalidade física de mobilidade estudantil. Ora, pode-se compreender estratégico que, em tese, estudantes ricos e pobres tenham acesso à modalidade virtual e somente os estudantes ricos ou pesquisas financiadas pela iniciativa privada continuem acessando o intercâmbio físico? Certamente não.

Hudzik (2011) aponta que a internacionalização da educação superior é um imperativo institucional e não somente uma possibilidade desejada (p. 10), todavia, Finardi (2015) propõe pensar de forma crítica a internacionalização, sobretudo no Brasil, pois este imperativo pode ser um imperialismo novo, sutil e benevolente dos países hegemônicos que procuram impor e manter seus padrões acadêmicos aos países periféricos (LEITE; GENRO, 2012) sustentando a subalternidade dos países do sul, assim, o processo de globalização consolida o sistema de dominação e desigualdades sociais (CASTRO, 2021).

A estrutura neoliberal entende que o processo da educação superior pode ser visto como algo a ser comercializado, conseqüentemente, a internacionalização deste nível de ensino interessa ao mercado internacional. A globalização não é um novo paradigma de sociedade, ao contrário, a globalização submeteu o mundo a uma nova ordem econômica e no campo educacional aponta a ideia da universidade empreendedora (Idem), desta maneira as estruturas colonialistas se apegam as possibilidades e as transformam num emaranhado de problemas sociais.

No âmbito destas discussões se consolidam ao menos duas questões em torno da internacionalização, *a primeira* diz respeito à formação universal do ser humano, da educação internacional como direito, da troca de

experiências linguísticas, culturais e científicas e, a *segunda* diz respeito à mercantilização da educação superior para que a internacionalização sirva aos interesses do mercado financeiro como reflexo da globalização que não beneficia todos os países do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a internacionalização é vista apenas como processo de mobilidade ou intercâmbio acadêmico, mas Finardi (2015) nos aciona a pensar a internacionalização como possibilidade de melhorar a missão tripartite das universidades, apontando a descolonização dos nossos currículos, do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Descolonizar o processo de internacionalização das universidades sul-americanas implica valorizar o conhecimento local e combater a lógica mercadológica que atravessa a educação superior. Por isso nos moldes da globalização hegemônica, pensar a internacionalização da educação superior nos acende o alerta em todas as discussões que são feitas neste campo.

A pandemia da COVID-19 traz consequências ainda não mensuradas no que diz respeito ao aumento das desigualdades educacionais. Na educação superior as universidades precisaram ligeiramente se organizar e aderir ao ensino remoto, que mostra a possibilidade de acesso rápido às aulas e as atividades acadêmicas. Porém, este momento sanitário não pode ser subterfúgio de modo a acelerar a implementação desta modalidade no âmbito da internacionalização da educação superior, precisa-se debater cada vez mais equidade, financiamento, planejamento e sobretudo democratizar o acesso à internacionalização universitária em todas as áreas do conhecimento.

Evidentemente, a participação em ações de internacionalização no processo de formação superior, seja na graduação ou na pós graduação, proporciona ao estudante experiências de mundo e de transformação do pensamento e da prática no exercício profissional e a IaH é uma possibilidade de inclusão e promoção destas experiências, portanto, é imprescindível que as ações de mobilidade acadêmica em casa *at home* e as trocas virtuais, se deem na perspectiva da equidade global, que não seja utilizada para fins de interesses do mercado e que os estudantes que passam por esta modalidade, compreendam o valor do respeito às diferentes culturas, pois, concordando com o que apontam Santos e Filho (2011), um “estudante aberto ao internacional” (p. 146) não será apenas multilíngue, conhecedor de outras culturas ou morar no exterior, mas,

mais ainda que este estudante revele disposição ao respeito às diferenças, espírito de tolerância e consiga atingir conhecimento concreto dos valores e da cultura do outro.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Lúcia Borba Ana; Macedo Gomes, Alfredo. Expansão da educação superior: uma análise do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco. 2011. *Tese* (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CASTRO, Lucia Rabello de. Políticas de internacionalização no ensino superior desafios descoloniais para as ciências humanas e sociais. *Revista Psicologia Política*, ISSN-e 1519-549X, Vol. 21, N.º. 50, 2021, págs. 39-56. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8039468>. Acesso em 18 de set. 2021

FAGUNDES, Caterine; LUCE, Maria Beatriz; SILVEIRA, Paloma Dias. A qualidade da mobilidade de estudantes de graduação no “Ciências sem Fronteiras”. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 904-927, out/dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/JyRQcQffdL6Kz5XGdN6gkbS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 de setembro 2021

FINARDI, K. R.; GUIMARÃES, F. F.; MENDES, A. R. Pensando a internacionalização (crítica) do ensino superior brasileiro. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 6, p. e 020031, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8655312. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8655312>. Acesso em: 18 de set. 2021

HUDZIK, John K. *Comprehensive internationalization: from concept to action*. Washington: NAFSA, 2011.

JÚNIOR, Carlos Alberto HILDEBLANDO; FINARDI, Kyria Rebeca. Telecolaboração e internacionalização do ensino superior: reflexões a partir da pandemia covid-19. *Revista Intercâmbio*, v.XLV: 254-278, 2020. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

KNIGHT, Jane. Ensino superior em turbulência: o mundo em mudança da internacionalização Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

KNIGHT, Jane. Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios. Editora Oikos, 2020, DOI: <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/109> ISBN 978-65-86578-51-5. Acesso em 18 de set. 2021

LEAL, F. G.; STALLIVIERI, L.; MORAES, M. C. B. Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem?. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 52–73, 2018. DOI: 10.22348/riesup.v4i1.8650638. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650638>. Acesso em: 6 out. 2021.

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina? Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 17, n. 3, p. 763- 785, 2012.

LIMA, Cláudio de; BASTOS Rogério Cid, VARVAKIS Gregório. Plataformas digitais de aprendizagem: uma revisão integrativa para apoiar a internacionalização do ensino superior. EDUR • Educação em Revista. 2020; 36: e232826 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698232826>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V6vYwQZS3Tx3NNzDNJsPsvP/?lang=pt>. Acesso em 19 de set. 2021

MAIA, Maria Leonor Alves. Breve panorama da internacionalização da educação superior brasileira pós-pandemia: o tempo é hoje. **REGIT**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 141-147, nov. 2020. ISSN 2359-1145. Disponível em: <<http://www.revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/article/view/REGIT14-D10>>. Acesso em: 16 set. 2021.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de - **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Coimbra: [s.n.]. 237 p. ISBN 978-989-26-0573-9(PDF).